SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

15/09/2015 - Instituto Telecom

Mais informação para a sociedade

Desde o dia 10/09 estão em vigor regras de atendimento ao consumidor de serviços de telecomunicações.

As regras integram o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC. Aprovado pela Anatel em 7 de março de 2014, por meio da Resolução nº 632, o Regulamento tem por objetivo estabelecer regras sobre atendimento, cobrança e oferta dos serviços de telefonia fixa, móvel e TV por assinatura. Apesar da demora, finalmente a agência entendeu que as operadoras dos vários serviços de telecomunicações necessitavam de um documento que as obrigasse a respeitar os cidadãos.

Como era de se esperar, as operadoras foram à Justiça e conseguiram uma liminar desobrigando-as de cumprirem as medidas contidas na Resolução. A liminar foi cassada e as empresas tiveram que se preparar para cumprir as regras gerais de atendimento, entre elas, as que determinam:

1. informações constantes das ofertas de serviço de telecomunicações devem ser claras e suficientes quanto às condições da contratação, prestação, alteração, extinção e rescisão, especialmente dos preços e tarifas efetivamente cobrados e período de sua vigência;

2. é vedado à prestadora condicionar a oferta do serviço ao consumo casado de qualquer outro bem ou serviço, prestado por seu intermédio ou de parceiros, coligadas, controladas ou controladora, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;

3. todas as ofertas, inclusive de caráter promocional, devem estar disponíveis para contratação por todos os interessados, inclusive já consumidores da prestadora, sem distinção fundada na data de adesão ou qualquer outra forma de discriminação dentro da área geográfica da oferta;

4. o consumidor, no prazo de três anos, pode contestar junto à prestadora valores contra ele lançados, contado o prazo para a contestação a partir da data da cobrança considerada indevida;

5. o consumidor que efetuar pagamento de quantia cobrada indevidamente tem direito à devolução do valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês pro rata die.

As regras que entraram em vigor no dia último dia 10 são relativas ao atendimento de combos, ao atendimento presencial e aos estabelecimentos das prestadoras. "O atendimento de ofertas conjuntas (combos) deverá ocorrer em um canal comum para todos os serviços prestados no pacote contratado pelo consumidor e o atendimento pessoal deve estar apto a atender todos os serviços e modalidades prestados"; o usuário, ao comparecer a qualquer Setor de Atendimento Presencial, deve ser atendido em até 30 minutos, em 95% dos casos, no mês.

Desde que aprovou o Regulamento, a Anatel criou um grupo de implementação composto por membros da agência e prestadoras. Lamentavelmente, a sociedade civil e órgãos de defesa do consumidor não integraram esse grupo. E, além disso, a Anatel dá pouca ou nenhuma divulgação às medidas. E as operadoras, por sua vez, não têm nenhum interesse em fazer propaganda de medidas que as obrigam a ser mais ágeis e transparentes.

Em vista disso, o Instituto Telecom propõe que a Anatel dê grande divulgação às medidas determinadas pelo Regulamento e, para tanto, utilize os meios de comunicação tradicionais (rádio, jornal e televisão) e a internet. Os sindicatos em geral, mas em particular os de trabalhadores em telecomunicações, devem fazer a sua parte ajudando na divulgação, cobrando das operadoras e fiscalizando se os trabalhadores de call center e de lojas, que são extremamente explorados, estão informados acerca das medidas.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/09/2015 - Instituto Telecom

Setor de Telecom acumula R$ 118,6 bi em receita no semestre

Juntas, as prestadoras de serviços de telecomunicações acumularam R$ 118,6 bilhões em receita operacional bruta, um crescimento de 1,8% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo informou a Associação Brasileira de Telecomunicações, a Telebrasil, nesta segunda-feira, 14. O valor de mercado das prestadoras em ações negociadas na Bovespa era de R$ 101,3 bilhões em julho.

Desse total da receita operacional bruta, R$ 15,1 bilhões foram da indústria (aumento de 2%); R$ 19,8 bilhões das prestadoras de telefonia fixa (queda de 3,2%); R$ 15,7 bilhões (aumento de 4,9%) para banda larga fixa; R$ 51,1 bilhões de serviço móvel (2,2%); R$ 15,4 bilhões (10,9%) de TV por assinatura; e R$ 1,5 bilhão (queda de 38,3%) em Serviço Móvel Especializado – SME (trunking).

As empresas do setor ainda investiram R$ 12 bilhões nos primeiros seis meses do ano. O montante é equivalente (R$ 300 mil a menos) ao registrado no mesmo período de 2014. A entidade considera que isso "reflete a disposição do setor de telecomunicações em continuar apostando e acreditando no Brasil, mesmo diante de grandes desafios de ordem econômica, tributária e regulatória impostos hoje no País".

Nas contas das empresas, o setor já investiu mais de R$ 390 bilhões desde a privatização, há 17 anos, incluindo pagamento de outorgas. Ainda de acordo com a Telebrasil, o valor atualizado representaria mais de R$ 500 bilhões. Assim como fez no 59º Painel Telebrasil, realizado em Brasília no começo do mês, a entidade disse que a manutenção dos investimentos "depende de um ambiente de atração de capital (de risco e de financiamentos), com legislação e regulamentos estáveis e sem mudanças nas regras do jogo que não sejam precedidas de profundas discussões e análises de impacto regulatório e financeiro".

Reclama ainda de propostas de retirada de benefícios e a criação da nova contribuição sobre a seguridade social, em substituição ao PIS e à Cofins. Justifica que a medida, da forma como é sugerida atualmente, aumentará a carga tributária. A Telebrasil diz ainda que só de ICMS foram arrecadados R$ 17,5 bilhões no primeiro semestre, aumento de 4,6% em relação a julho de 2014.

Acessos

A Telebrasil registrou 373,6 milhões de assinantes no final do primeiro semestre, um aumento anual de 2%. Desses, 44,4 milhões são de telefonia fixa (redução de 1,7%), 283,5 milhões com celulares (aumento de 2,4%), 19,6 milhões de TV por assinatura (3,4%), 24,9 milhões de banda larga fixa (7,3%) e 2,2 milhões de SME, ou trunking, (com queda de 29%). Ainda de acordo com a entidade, no final de julho 93,8% da população brasileira era atendida por serviço de banda larga móvel.

No total, 5.728 empresas possuíam outorgas de prestação de serviços de telecom, contra 4.805 no ano passado. São seis concessionárias de STFC e 227 autorizadas; 5.287 de SCM; 177 de SeAC (5 de MMDS, 13 de TV a Cabo, 4 de DTH, 21 de TVA e 134 SeAC); e 31 de SMP. O setor emprega 497,8 mil pessoas, 2,5% a menos do que em 2014.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/09/2015 - Convergência Digital

Brasil fica nas últimas posições em ranking de experiência de uso da banda larga fixa

Segundo uma pesquisa feita pela consultoria britânica Ovum, a maioria dos usuários de redes fixas de acesso à internet precisa de conexões de, pelo menos, 10 Mbps de velocidade de download para satisfazer suas expectativas de navegação.

Além da velocidade, a Ovum lista outros dois itens fundamentais para a garantia da experiência de quem tem banda larga: redes estáveis e confiáveis que entreguem conteúdo em até 3 segundos; além de um serviço de atendimento capaz de resolver a maioria dos problemas no primeiro ponto de contato.

O estudo combinou pesquisa com consumidores com dados de mercado de banda larga fixa em 30 países (Brasil inclusive) e "confirmou que o crescimento de vídeos em SD e HD é lugar-comum e está direcionando a experiência do usuário". Daí a necessidade de redes capazes de suportarem vídeo em alta qualidade, conclui a Ovum.

"Os domicílios dos mercados maduros contam, tipicamente, com até quatro equipamentos conectados à rede, todos com potencial de suportarem uma ampla gama de aplicações", diz um dos coautores do estudo da consultoria britânica, Michael Philpott.

Com essa análise sobre 30 países, a Ovum criou um placar global de experiência de banda larga. Esse ranking leva em conta critérios objetivos de conectividade, mas também subjetivos, a partir do que sentem os entrevistado. A Suécia se destacou com o melhor índice (88%), enquanto o Egito teve o pior (30%). O Brasil, com 50%, ficou em 21o entre os 30.

"Desde que os serviços de banda larga foram lançados há uma discussão sobre qual a definição de banda larga e quanta velocidade os usuários realmente precisam. Em 2015, a resposta é 'pelo menos 10 Mbps' se você quiser uma boa experiência. Mas um número significativo de lares, mesmo em países desenvolvidos, ficou bem abaixo dessa marca", afirma Philpott.

14/09/2015 - Convergência Digital

Operadoras investiram R$ 12 bilhões no primeiro semestre

As prestadoras de serviços de telecomunicações investiram R$ 12 bilhões no primeiro semestre deste ano. A maior parcela se destinou a expansão de infraestrutura, ampliação de cobertura e melhoria da qualidade dos serviços, segundo informações da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil). Esses investimentos corresponderam a 4,7% da Formação Bruta do Capital Fixo e a 4,2% do PIB no período.

O montante vem em linha com o investimento feito no mesmo período do ano passado – R$ 12,3 bilhões. Para a entidade, "reflete a disposição do setor de telecomunicações em continuar apostando e acreditando no Brasil, mesmo diante de grandes desafios de ordem econômica, tributária e regulatória impostos hoje no país".

Nos últimos 17 anos, o setor privado de telecomunicações investiu mais de R$ 390 bilhões, a preços correntes, incluindo o pagamento de outorgas. Em valores atualizados, seriam mais de meio trilhão de reais, afirma a entidade.

No primeiro semestre de 2015 o setor de telecomunicações produziu – Receita Operacional Bruta – R$ 118,6 bilhões, o que representa um crescimento de 1,8% em relação aos R$ 116,5 bilhões produzidos no primeiro semestre de 2014. Deste valor, a indústria faturou R$ 15,1 bilhões (2,0%); as prestadoras de STFC (Telefonia Fixa), R$ 19,8 bilhões (-3,2%); as de SCM (Banda Larga Fixa), R$ 15,7 bilhões (4,9%); as de SMP (Celular), R$ 51,1 bilhões (2,2%); as de SeAC (TV por Assinatura), R$ 15,4 bilhões (10,9%); e as de SME (Trunking), R$ 1,5 bilhão (-38,3%).

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/09/2015 - CUT

Querem tirar a Dilma para atacar ainda mais direitos

Opinião é do presidente da CUT, Vagner Freitas, ao convocar para ato de amanhã, dia 15. Central reafirma defesa do mandato eleito nas urnas

Em entrevista, o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, reafirmou a posição da Central em defender a manutenção do mandato da presidenta Dilma, por entender que um rompimento geraria espaço para que as forças conservadores atacassem com muito mais força os direitos trabalhistas, as políticas públicas de distribuição de renda criadas ao longo dos últimos 12 anos, o emprego e a renda.

"A tentativa de golpe contra a presidenta da República não é motivada pelo combate à corrupção ou outras razões. Os setores que não respeitam o resultado das urnas querem na verdade aprofundar um clima que facilite a retirada de direitos, o achatamento dos salários, criação da idade mínima para aposentadoria, terceirização sem limites, enfim, basta observar as propostas que estão sendo defendidas no Congresso e por setores da mídia", disse Vagner.

"Ou você acredita que quem quer entrar no lugar da presidenta vai continuar se preocupando em manter programas sociais importantes criados pelo governo Lula e Dilma?", questiona o presidente da CUT.

Mobilização amanhã

Amanhã, dia 15, as categorias que têm data-base no segundo semestre fazem ato público unificado para lançar as campanhas salariais. O mote do ato, marcado para as 9h diante do prédio da Fiesp, na avenida Paulista, São Paulo, é "Em Defesa da Democracia, do Emprego e do Salário".

Embora cada categoria tenha sua pauta de reivindicação específica, explica Vagner, todas concordam que a quebra da ordem democrática vai dificultar, se não inviabilizar, as possibilidades de mobilização, negociação e conquista neste segundo semestre.

O presidente da CUT explica que o rompimento do mandato de Dilma seria quebra da ordem democrática, seria um golpe, por não haver base jurídica e constitucional para tanto, sendo que sequer existem investigações abertas sobre a presidenta.

É preciso mudar a política econômica

Por outro lado, ele diz que as medidas econômicas adotadas neste segundo mandato estão erradas, pois apontam para a contração do mercado interno e fazem recair sobre a classe trabalhadora os custos dos ajustes necessários.

"Se é preciso fazer ajustes, se é preciso aumentar os recursos, que se cobrem as dívidas bilionárias das empresas e bancos com a União, que se faça uma reforma tributária que efetivamente cobre dos mais ricos, que se combata a evasão de divisas. Se é preciso dinamizar a economia, que se fortaleça o crédito produtivo, que se pensem alternativas para ampliar o mercado interno", avalia.

"O golpe é contra os trabalhadores e as trabalhadoras. Não é apenas uma disputa político-partidária, é uma disputa de classe que visa diminuir os ganhos, a participação dos trabalhadores nos resultados econômicos do País", conclui o presidente da CUT.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/09/2015 - Vermelho

Alckmin dá R$ 1,5 milhão de dinheiro público para aliado promover 'estilo de vida caviar'

Convenhamos: uma revista dedicada à gastronomia e ao consumo do luxo não é veículo apropriado para propaganda governamental, que deve ter como objetivo comunicar políticas públicas à população

O empresário João Doria Jr, presidente do Lide (Grupo de Líderes Empresariais), filiado ao PSDB a convite do governador Geraldo Alckmin, e pré-candidato à prefeitura de São Paulo, apareceu mais uma vez na imprensa por motivos nada nobres.

O ex-líder do movimento golpista "Cansei" e ex-presidente da Embratur na gestão Sarney, que chegou a convocar artistas para pedir impeachment de Lula durante a CPI do mensalão e agora está à frente de movimentos pró-impeachment por, segundo declarações dele, ser contra a corrupção, foi assunto no fim de semana, por ter recebido R$ 1,5 milhão do governo Alckmin, de 2014 para cá, por anúncios em revistas da Doria Editora, de sua propriedade.

O caso que chamou mais atenção foram R$ 501.200,00 pagos com recursos públicos por um publieditorial na revista "Caviar Lifestyle". O pré-candidato tucano declara que o valor pago é justo pela fato de a circulação da revista chegar a 40 mil exemplares. Mas a explicação não convence.

Convenhamos que uma revista de nome"estilo de vida caviar", dedicada a gastronomia e à promoção do consumo de alto luxo, e distribuída para clientes "exclusivos", não é veículo apropriado para propaganda governamental, que deve ter como objetivo comunicar políticas públicas à população. A não ser que Alckmin esteja assumindo de uma vez por todas que seu governo é realmente voltado para paulistas com estilo de vida caviar.

Para uma outra revista de Doria, a "Líderes do Brasil", o governador Alckmin pagou R$ 259 mil por um anúncio de oito páginas. Para a revista "Meeting & Negócios", o governador tucano deu, dos cofres públicos, R$ 202 mil por um anúncio de quatro páginas.

Nenhuma das revistas da Doria Editora é certificada pelo IVC (Instituto Verificador de Comunicação), que audita a distribuição das principais publicações.

O "mimo" de Alckmin às revistas com o dinheiro público se agrava com a intensa atividade partidária do dono das revistas. Dias antes da eleição para o governo paulista no ano passado, Doria organizou em sua casa um jantar em homenagem a Alckmin, que concorria à reeleição.

Neste ano, em maio, Doria homenageou Alckmin em Nova York, durante encontro organizado pelo Lide em parceria com a Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. Na semana passada, o governador compareceu a dois encontros do grupo de empresários, na capital paulista. Os encontros também foram promovidos por João Doria.

Nem articulações políticas em torno da Operação Lava Jato escapam dessas atividades. Doria promove, no próximo dia 24, um almoço-debate com o juiz Sérgio Moro para empresários ligados ao Lide – a entidade aceita como associados somente quem fatura mais de R$ 200 milhões por ano.

Na época do movimento "Cansei", Doria ganhou notoriedade por promover eventos entre a elite paulista como desfiles de "cachorros de madame" em Campos do Jordão. Na época, disse em entrevista: "Eu prefiro caminhar com cães a caminhar com ladrões", referindo-se à política e a políticos, como se não participasse intensamente da política partidária tucana junto à elite econômica.

Leia mais em:
http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/helena/2015/09/alckmin-da-r-1-5-milhao-de-dinheiro-publico-para-aliado--promover-estilo-de-vida-caviar-8530.html

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/09/2015 - Vermelho

Receita Federal vai cobrar de 400 sonegadores mais de R$ 20 bilhões

A Receita Federal anunciou que vai apressar a cobrança de impostos até o início do mês de outubro deste ano, através de ações para recuperar de mais de 400 contribuintes que devem a quantia astronômica de R$ 20 bilhões.

Para se ter uma ideia, a quantia sonegada por 400 contribuintes daria para pagar, por exemplo, todo o Orçamento da União referente ao maior programa habitacional do governo, o Programa Minha Casa, Minha Vida, que foi calculado em R$ 19,3 bilhões de investimentos em 2015. E olha que este programa foi o que recebeu maior projeção de recursos do orçamento para 2015.

A medida causou furor em parte da imprensa que abordou com ar de polêmica a ação de recuperação da Receita, que faz parte da cobrança administrativa e que apenas pretende recuperar dinheiro que foi sonegado ou que não foi pago e cuja cobrança está em tramitação há mais de três anos.

Segundo a Receita, a primeira leva de cobranças engloba 411 empresas e 23 pessoas físicas que devem "pouco" mais de R$ 10 bilhões. A maioria dos envolvidos já recorreu ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão que foi alvo de operação da Polícia Federal no início do ano, por justamente, segundo investigações da Operação Zelotes, ter conselheiros que suspendiam julgamentos e alteravam votos em favor de empresas em troca de pagamento.

Mesmo assim, a descoberta de mais de R$19 bilhões pagos em propinas, apenas para barrar as ações no Carf, não se caracterizaram como "escândalo" para a grande imprensa brasileira.

Segundo dados do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), o equivalente a 30% do valor arrecadado em impostos no Brasil é sonegado. Para se ter uma ideia, em 2013, os brasileiros sonegaram o equivalente a uma Suécia e uma Bolívia em impostos.

Em 2014 foi sonegado mais de R$ 417 bilhões. De janeiro a agosto deste ano, a sonegação no Brasil atingiu R$ 327 bilhões e o estoque da dívida ativa da União deve chegar a R$ 1,5 trilhão até o fim do ano.

Segundo a Sinprofaz, a maior parte de quem sonega é pessoa jurídica. O setor industrial é o que concentra a maior parte dos débitos tributários. Grandes indústrias devem R$ 315,7 bilhões do total de R$ 1,1 trilhão da dívida ativa registrada até julho. O comércio está em segundo lugar, com R$ 278,8 bilhões. Construção civil e agricultura ocupam os sétimo e décimo lugares, com R$ 49 bilhões e R$ 19 bilhões, respectivamente.

Leia mais em:
http://www.vermelho.org.br/noticia/270239-2